

# TRABALHO E REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE

OBSERVATÓRIO PARLAMENTAR DA REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL

**13** recomendações  
recebidas pelo Brasil referentes ao  
terceiro ciclo (2017-2021) da RPU

1 ↑ em progresso  
2 ↓ em retrocesso  
10 ✕ não cumpridas

## DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO

Recomendações relacionadas ao estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social que tenha características inclusivas e sustentáveis para a superação da pobreza e a redução da desigualdade.

### **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Decreto nº 591/1992)**

Determina que os povos têm direito à autodeterminação, que inclui a capacidade de assegurar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Entre os direitos assegurados:

- direito ao trabalho e a uma remuneração que garanta existência digna a todos os trabalhadores, de maneira equitativa entre homens e mulheres;
- liberdade sindical;
- direito à previdência social, inclusive ao seguro social;
- direito a um nível de vida adequado, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia, com melhoria contínua de condições de vida.

### **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (Resolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1986)**

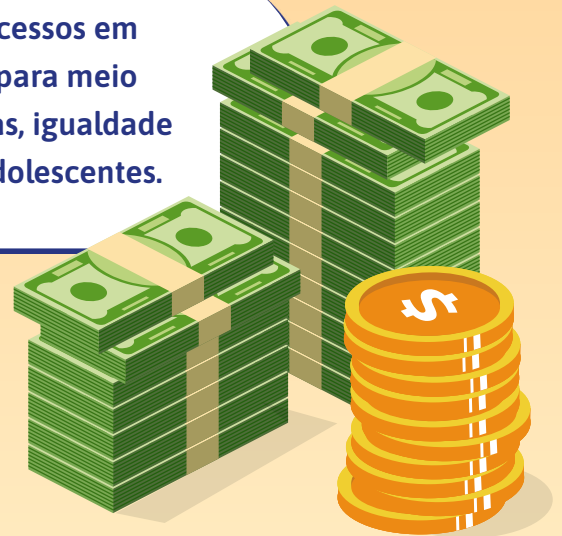
Os Estados têm o direito e o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento, que visem ao constante aprimoramento do bem-estar da população, com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes.



# REDUÇÃO DE GASTOS IMPORTANTES NO ORÇAMENTO FEDERAL<sup>1</sup>

<b>Gastos da função saúde</b> (não direcionados para covid-19)	<b>2019</b> R\$ 147 bilhões	<b>2021</b> R\$ 136,3 bilhões
<b>Gastos da função educação</b>	<b>2019</b> R\$ 122,7 bilhões	<b>2021</b> R\$ 114,7 bilhões
<b>Orçamento das ações voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil e estímulo à aprendizagem profissional</b>	<b>2019</b> R\$ 6,7 milhões	<b>2021</b> R\$ 0,33 milhões

São apontados também retrocessos em gastos vinculados a políticas para meio ambiente, mulheres, quilombolas, igualdade racial, indígenas e crianças e adolescentes.



<sup>1</sup> Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). **A conta do desmonte** – Balanço do Orçamento Geral da União 2021. Brasília: Inesc, 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrçamento2021-Inesc-1.pdf>.

# REFORMAS ESTRUTURAIS MICROECONÔMICAS



## Reforma trabalhista - Lei nº 13.467/2017

- Maior flexibilização do mercado de trabalho formal para a geração de empregos.
- Possibilitou que acordos coletivos negociados se sobrepusessem às leis trabalhistas, permitindo negociações que resultem em menos direitos do que a legislação prevê (exceto direitos consignados na Constituição e em tratados internacionais).
- Enfraqueceu o acesso à Justiça do Trabalho e a influência dos sindicatos.
- O vínculo de trabalho passa a ser mais tênue, permitindo-se contratos intermitentes e a “terceirização” ou subcontratação irrestrita.
- Legitima-se a contratação de pessoas jurídicas no lugar de pessoas físicas.
- Flexibiliza-se a conceituação de relação de trabalho presente na legislação trabalhista, especialmente a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).



## Medida Provisória nº 905/2019 Emendas à Medida Provisória nº 1.045/2021

- Tentativas de criar outros vínculos trabalhistas com menos direitos por meio da Carteira de Trabalho Verde Amarela.
- Procurava-se criar novo vínculo trabalhista distinto daquele previsto na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).
- Propunham-se desonerações tributárias aos empregadores e menos direitos trabalhistas, com a justificativa de que essa flexibilização permitiria elevação do emprego.



## Previdência Social

### Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016

- Não chegou a ser apreciada pelo plenário da Câmara dos Deputados.
- Pretendia reduzir o acesso ao sistema de benefícios previdenciários e à assistência social, eliminando cerca de R\$ 650 bilhões de gastos ao longo de 10 anos.

### Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6/2019

- Previsão original de retirar R\$ 1,1 trilhão de gastos da seguridade social ao longo de 10 anos.
- Aprovada como Emenda Constitucional nº 103/2019: projeção de redução de gastos em R\$ 800 bilhões em 10 anos.

# AÇÃO ESTATAL E DESIGUALDADES

A ação estatal, por meio do **gasto público** e da **tributação direta e indireta**, tem influência decisiva na redução das iniquidades relativas à renda geradas nas economias.<sup>2</sup>



Renda original de mercado

Soma todos os rendimentos, excluídos a tributação e os gastos públicos

É quase tão desigual em países da América Latina (AL), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou da União Europeia (UE)

## Entretanto...

Com o papel do Estado na tributação e em transferências públicas, a desigualdade é significativamente reduzida nos países mais ricos da OCDE e da UE.



## No Brasil...

Os impactos redistributivos da tributação direta são mínimos, o que está longe de compensar a regressividade da tributação indireta.<sup>3</sup>



Entre maio de 2017 e agosto de 2022 não foram notadas modificações significativas na tributação que pudessem melhorar a distribuição de renda.

Na comparação com os países da OCDE, o Brasil tributa menos a base “Renda” do que a média dos países da OCDE, enquanto que tributa mais na base “Bens e Serviços”,<sup>4</sup> fazendo com que a carga destes últimos impostos indiretos recaia proporcionalmente sobre os mais pobres e acentue a desigualdade.

<sup>2</sup> Importantes referências sobre o assunto podem ser encontradas em OXFAM BRASIL. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. Oxfam Brasil, 2018.

<sup>3</sup> SILVEIRA, F. G.; PASSOS, L.; SILVA, E. G.; PALOMO, T. R. Impactos redistributivos das transferências públicas monetárias e da tributação direta: evidências com a POF 2017-2018. **Nota técnica** Ipea, n. 89. Brasília: Ipea, 2020.

<sup>4</sup> Receita Federal. **Carga tributária no Brasil 2019**. Julho de 2020.



## Gastos públicos



Considerados centrais nas estratégias de desenvolvimento econômico e social.

A perspectiva recente do Estado brasileiro tem sido de diminuição desses gastos – Emendas Constitucionais (EC) nºs 95/2016 e 109/2021.

### EC nº 95/2016 Regime de austeridade

- Impacto em gastos importantes (investimentos públicos, diversos programas sociais, ciência e tecnologia, entre outros).
- Fragiliza o desempenho econômico e social no Brasil.
- Ameaça milhões de vidas, violando assim normas internacionais de direitos humanos.

### Boletim de Políticas Sociais do Ipea (2015)<sup>5</sup>

**Metade da redução da desigualdade** de renda no Brasil nos anos de maior crescimento (2003-2012) adveio da renda do mercado de trabalho, enquanto a previdência pública contribuiu com redução de quase 25% no índice de Gini da renda no Brasil neste período.<sup>6</sup>

### Ação governamental vs. covid-19

Descompasso entre a progressão da pandemia e o orçamento<sup>7</sup>

2020  
R\$597,3 bilhões

2021  
R\$126,5 bilhões



nº de mortos pela doença foi pior neste ano

Execução financeira para enfrentamento da covid-19, em reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021

<sup>5</sup> Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2015.

<sup>6</sup> Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ver mais: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28#:~:text=O%20que%20C3%A9%3F%202D%20C3%8Dndice%20de%20Gini&text=O%20C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,apresentam%20de%20zero%20a%20cem](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:text=O%20que%20C3%A9%3F%202D%20C3%8Dndice%20de%20Gini&text=O%20C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,apresentam%20de%20zero%20a%20cem).

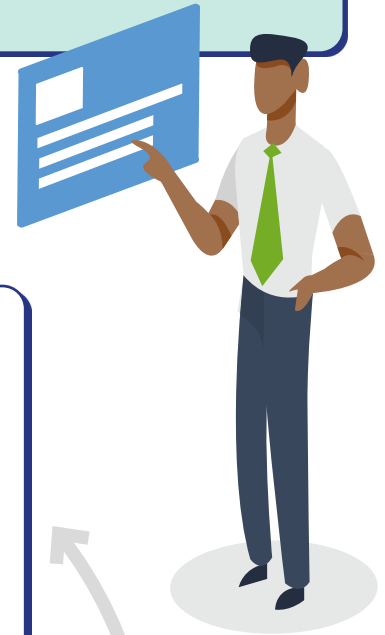
<sup>7</sup> Inesc. **A conta do desmonte** – Balanço do Orçamento Geral da União 2021. Brasília: Inesc, 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrçamento2021-Inesc-1.pdf>.

# PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

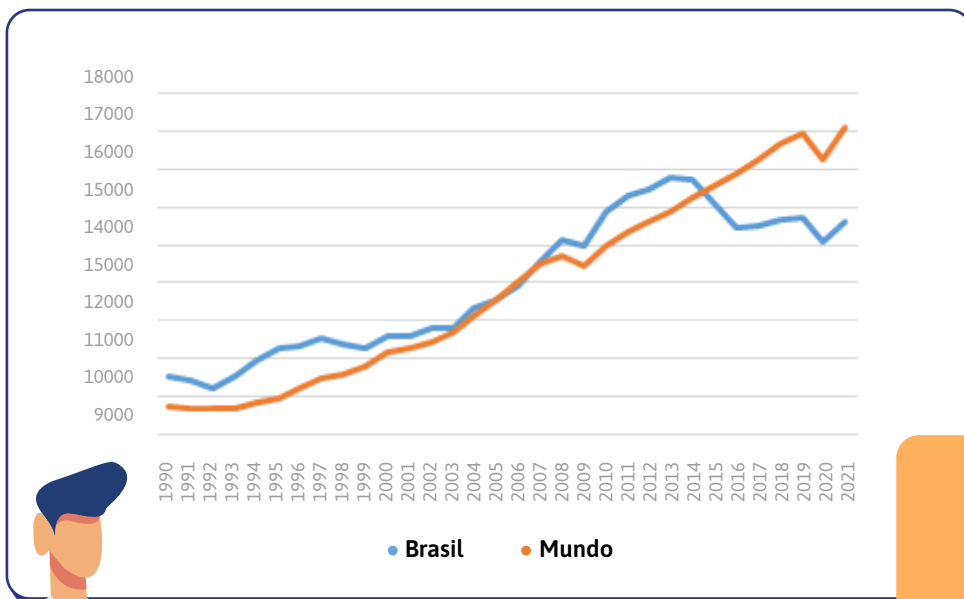
Mede o valor adicionado por uma economia

A evolução do PIB traz elementos para observar alterações no nível de atividade econômica e no padrão de vida

A evolução do PIB brasileiro tem-se dado abaixo da economia mundial e aquém das necessidades de recuperação da crise de 2015 e 2016 e, especialmente, do desenvolvimento econômico e social.



## PIB *per capita*, em US\$, em Paridade do Poder de Compra (PPC) de 2017 (1990-2021)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

A renda *per capita* tem caído no Brasil desde 2014

A taxa de crescimento real da renda *per capita* tem sido negativa no período recente

A situação brasileira, em contraste com a média mundial, descreve retrocesso



# RENDA E DESIGUALDADE



A distribuição da renda tem piorado desde a crise de 2015-2016

Participação da remuneração dos empregados no PIB

(Dados das Contas Nacionais do IBGE)

Exibe como a renda bruta é distribuída entre trabalhadores e empregadores

Crescimento entre 2005 e 2016

Redução a partir de 2017

Atingiu 43,5% do PIB em 2019

Taxa de crescimento do rendimento domiciliar *per capita* entre os 40% com os menores rendimentos

(IBGE - PNAD Contínua)



Indica:



Deterioração da renda entre os mais pobres, acompanhada de elevação nos índices de desigualdade.



Índice de Gini\* do rendimento domiciliar *per capita* do Brasil

\*Quanto maior o índice de Gini, maior a desigualdade.

2012

0,540



Ano inicial da série

2015

0,524



Menor índice da série

2019

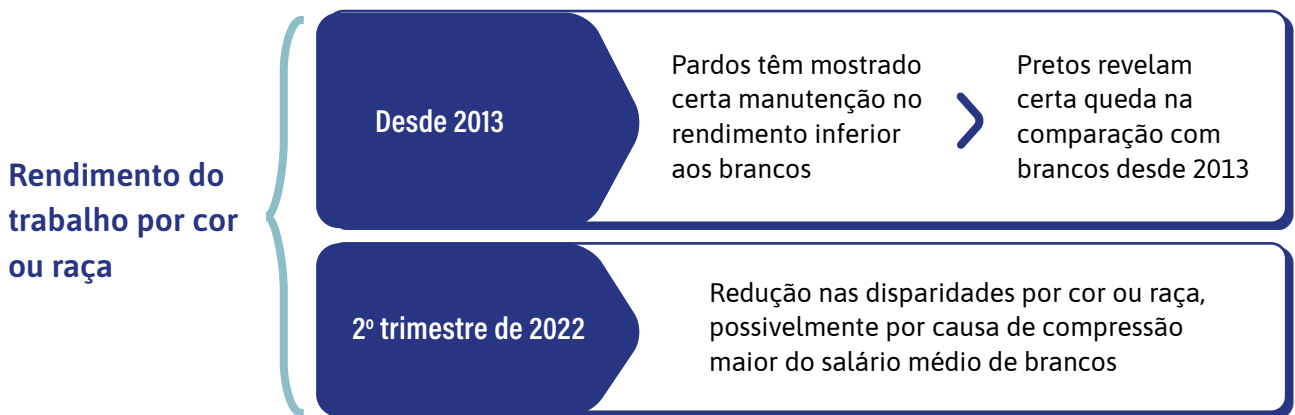
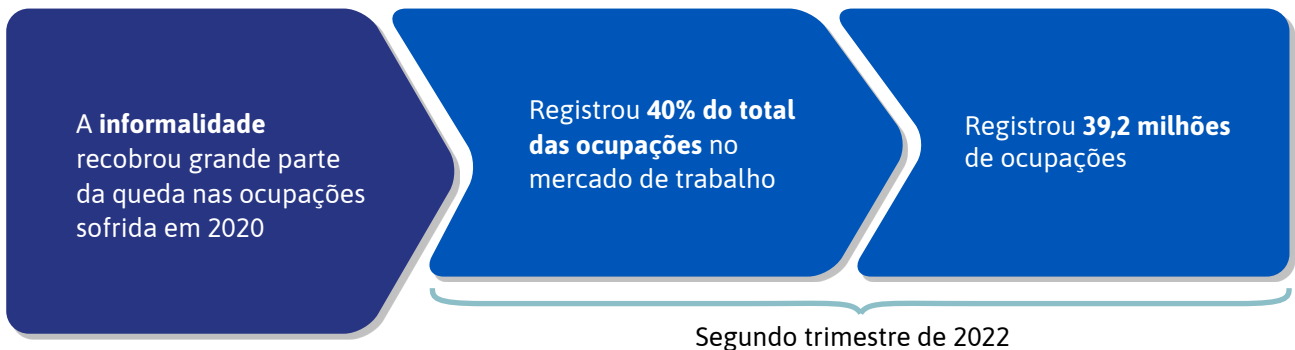
0,543



Aumento da desigualdade

# MERCADO DE TRABALHO

Período em análise caracterizado pela fragilidade do mercado de trabalho e por choque decorrente da pandemia de covid-19, que acentuou dificuldades já existentes.



Taxa de desocupação e taxa composta de subutilização da força de trabalho são estruturalmente maiores para mulheres do que para homens, embora tenha havido certa melhoria relativa para as mulheres até 2015. Aumento proporcionalmente maior no desemprego de mulheres a partir de 2016 e especialmente em 2020.



Iniquidades por sexo revelam alguma aproximação entre mulheres e homens em anos recentes

Em razão da queda no rendimento médio, a **massa salarial habitualmente recebida das pessoas ocupadas** demonstrou expressivo declínio a partir do quarto trimestre de 2019 e indicou retomada apenas no segundo trimestre de 2022.

Importante indicador da capacidade de consumo e de demanda



# POBREZA (DADOS DA SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS DO IBGE)

2020

## Situação de pobreza extrema

Renda mensal *per capita* inferior a US\$ 1,9 em paridade do poder de compra (PPC) por dia

**12 milhões** de brasileiros  
5,7% do total da população

## Situação de pobreza

Renda inferior a US\$ 3,2 PPC

**22,4 milhões** de pessoas  
10,6% da população

## População que ganhava mais de US\$ 5,5 PPC

**50,9 milhões** de pessoas  
24,1% do total brasileiro

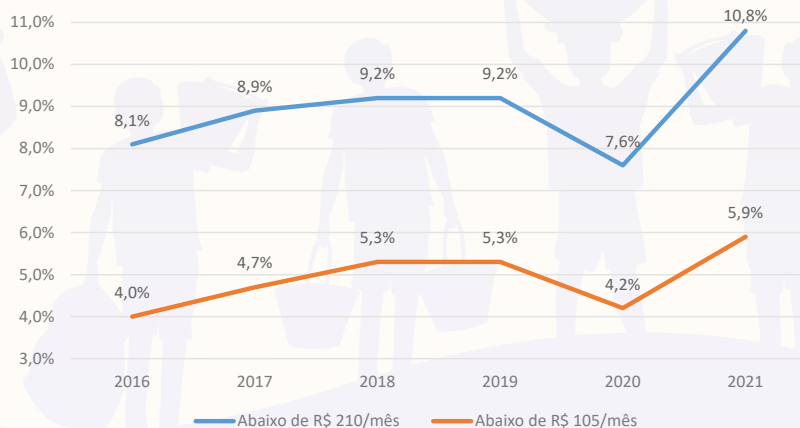
A pobreza extrema, que vinha aumentando, foi significativamente reduzida em razão do Auxílio Emergencial em 2020.

## Varição da pobreza em frequência anual e mensal (Fundação Getúlio Vargas)

Pico de pobreza em março de 2020, com o início da pandemia, e em março de 2021, com o fim do Auxílio Emergencial.

Pontos mais baixos da pobreza estão em meados de 2020, por causa do efeito positivo desse benefício social.

Em novembro de 2021, dados mostravam patamares de pobreza superiores aos do período pré-pandemia e projetavam tendência de aumento.



Proporção de pessoas vivendo abaixo das linhas de pobreza e de extrema pobreza definidas pelo programa Auxílio Brasil, respectivamente abaixo de R\$ 210/mês e abaixo de R\$ 105/mês. A pobreza, após o efeito do Auxílio Emergencial de 2020, cresce fortemente em 2021, superando o nível pré-pandemia.

Fonte: FGV Social. Elaboração própria.

# SALÁRIO MÍNIMO



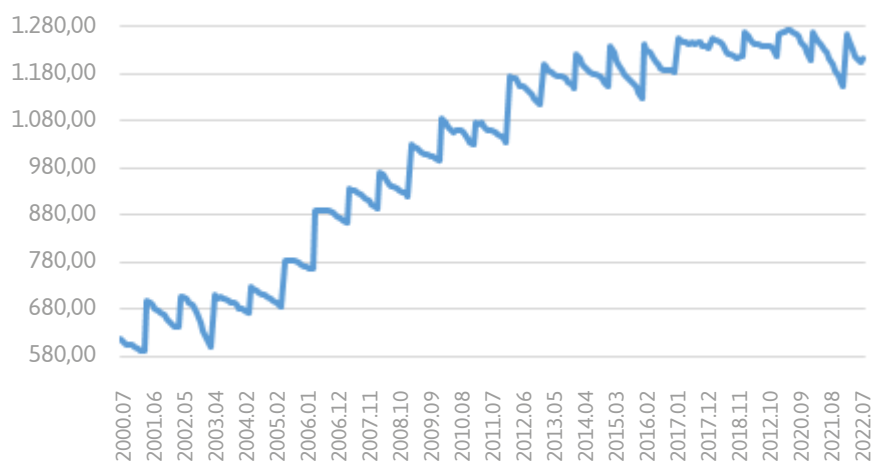
## Lei nº 13.152/2015

Política de valorização do salário mínimo

Criada para o período de 2016 a 2019 e foi descontinuada

Em 2020, 2021 e 2022, passaram a ser realizados reajustes por meio de medida provisória apenas conforme o INPC, ou seja, sem aumento real.<sup>9</sup>

## Salário mínimo real em R\$ do último mês, deflacionado pelo INPC (2000-2022)



O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023, apresentado pelo Poder Executivo em 31/8/2022, revela intenção de reajustar o salário mínimo para o próximo ano apenas segundo a inflação medida pelo INPC.

## Observações<sup>10</sup>

Efeitos positivos do salário mínimo sobre a diminuição da desigualdade.

O salário mínimo contribui significativamente para a redução de diferenças salariais de gênero.

O aumento do salário mínimo verificado de 1994 a 2014 foi responsável por um terço da queda na desigualdade de renda no Brasil nesse período.

Os impactos do salário mínimo vão além da atuação governamental no mercado de trabalho e influenciam positivamente transferências de renda no âmbito da proteção social conferida pelo sistema de seguridade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

<sup>9</sup> Antes da mencionada Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, e de sua antecessora, a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que fixava o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo, os reajustes do piso salarial com ganhos reais a partir de 2004 eram feitos por meio de medidas provisórias e de negociação com centrais sindicais.

<sup>10</sup> OIT. **Global wage report 2020-2021: wages and minimum wages in the time of covid-19**. Geneva: ILO, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms\\_762534.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_762534.pdf).

# INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME

## RELATÓRIO DE 2022 DA ORGANIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO, SIGLA EM INGLÊS)



### No mundo

Prevalência de insegurança alimentar grave aumentou no mundo entre os períodos de 2014-2016 e de 2019-2021

Passou de 7,7% para 10,7% da população mundial (elevação de 38,9% na taxa de prevalência)

Prevalência de insegurança alimentar grave e moderada transitou de 21,8% para 28,1% (alta de 28,8%) no mundo



### No Brasil

2014-2016 a 2019-2021

Dados revelam crescimento recente da insegurança alimentar maior do que a média mundial

**Insegurança alimentar grave**

Saltou de 1,9% para 7,3% (expansão de 384,2% na taxa de prevalência)

**Insegurança grave e moderada**

Subiu no país de 18,3% para 28,9% no período (aumento de 57,9%)

Em 2020

55,2% dos domicílios<sup>11</sup>

= 116,8 milhões de pessoas

Se encontravam com algum grau de insegurança alimentar

No contexto da pandemia da covid-19<sup>12</sup>

Só 4 entre 10 famílias conseguiram acesso pleno à alimentação em 2022

Mais de 14 milhões de pessoas passaram a conviver com a situação de fome, elevando o total de pessoas nessa circunstância para 33,1 milhões

Por sexo da pessoa de referência do domicílio

Mulheres são mais penalizadas com respeito ao nível e ao crescimento da taxa de prevalência da insegurança alimentar grave

Por raça da pessoa de referência do domicílio

Maior prevalência e crescimento da insegurança alimentar grave recentes entre pretos e pardos, na comparação com brancos



- O término da vigência do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), de 2016 a 2019, não foi sucedido por outra política semelhante.
- O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi extinto.
- Os estoques da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foram muito reduzidos para diversos gêneros alimentícios.

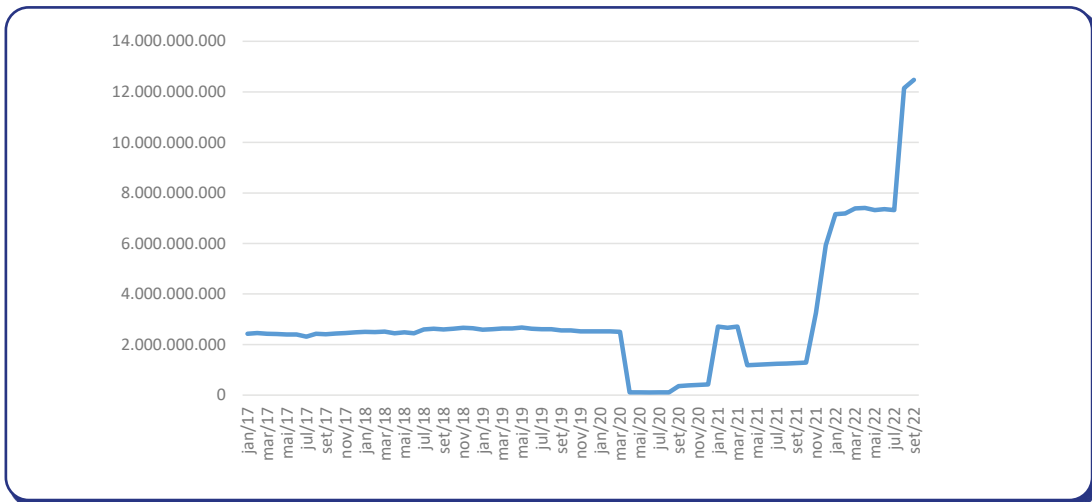
<sup>11</sup> Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). **Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: [https://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_inseguranca\\_alimentar.pdf](https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf).

<sup>12</sup> Rede Penssan. **II inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

# PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL

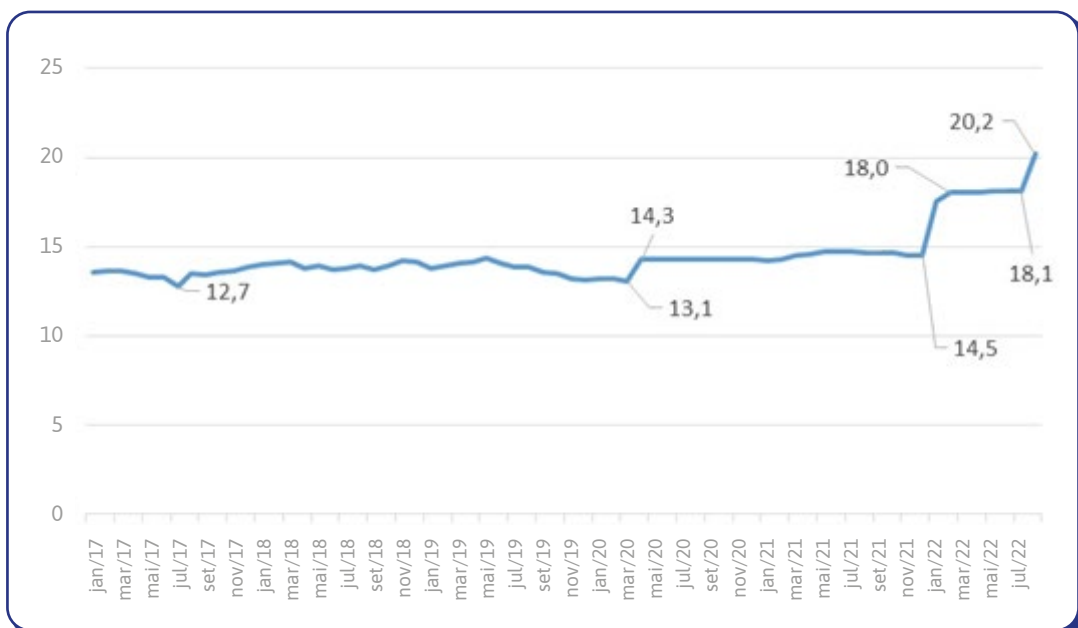
Programa Bolsa Família (PBF)	
<p>Criado em 2003, definia a pobreza por meio da renda monetária <i>per capita</i> mensal da família.</p>	<p>Operava a transferência direta de renda com condicionalidades que possuíam o objetivo de melhorar o acesso das famílias a direitos e serviços públicos.</p>
<p>Embora tivesse como principal ação transferências monetárias, o PBF promovia também melhoria nos indicadores de saúde e educação do público atendido, reduzindo a pobreza nessas duas dimensões.</p>	<p>Substituído pelo Programa Auxílio Brasil Lei nº 14.284/2021</p>

## Valor total repassado do Bolsa Família/Auxílio Brasil, 2017-2022



Fonte: SAGI - VIS DATA 3 Beta. Elaboração própria

## Número de famílias beneficiárias do Bolsa Família e do Auxílio Brasil, em milhões (2017-2022)



Fonte: Sagi. Elaboração própria.

# BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

## Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Direito constitucional que consiste em uma renda mensal de um salário mínimo garantido a pessoas idosas ou com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), que estabelece os critérios de elegibilidade para recebimento do BPC. Produziu efeitos concretos após regulamentação infralegal por meio do Decreto nº 1.744/1995.

É administrado e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O fato de se basear no valor do salário mínimo faz com que o BPC consiga resgatar expressiva parcela de beneficiários e suas famílias da pobreza e da extrema pobreza, além de contribuir efetivamente para a redução das desigualdades sociais e de renda.

Maio de 2017

Julho de 2021

4,46 milhões de beneficiários

4,67 milhões de beneficiários

2,47 milhões eram pessoas com deficiência

1,99 milhão era idoso

Crescimento de 4,7% na cobertura

Idosos responsáveis por 57% desse aumento

Pode ser explicado pelo aumento da pobreza e o envelhecimento da população no período



## Novas regras e o impacto no acesso à prestação

### Decreto nº 8.805/2016

Determina que são requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no CPF e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal



O requisito foi transposto para a Loas, por meio da Lei nº 13.846/2019, que instituiu o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade e o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade

### Consequências

Além disso

Além de dificultar a concessão e o acesso ao BPC por parte de novos requerentes, a regra também teve impacto no estoque de benefícios

O não cumprimento da inscrição do Cadastro Único começou a gerar suspensão e bloqueio no pagamento do BPC no segundo semestre de 2019

Falta de pessoal no INSS



Represamento de requerimentos com pedidos iniciais de benefícios previdenciários e do BPC

Medida Provisória nº 922/2020: contratação temporária de servidores do INSS já aposentados e de militares inativos para reforçar o atendimento e a análise de processos pelo órgão.

Porém

2020 fechou com um aumento da fila de processos no INSS, com 1,7 milhão de benefícios represados.

### Pandemia de covid-19

**Portaria nº 611/2021, do Ministério da Cidadania:** suspensão dos bloqueios de BPC cujo titular não estivesse no Cadastro Único, prorrogando o prazo para que essa providência fosse atendida sem a suspensão do pagamento do benefício.

**Lei nº 13.982/2020:** prevista autorização para que o INSS antecipasse o valor de R\$ 600 mensais, entre abril e junho de 2020, para as pessoas com deficiência ou idosas que requereram o BPC e ainda aguardavam a análise administrativa do pedido. Vigência inicial para 3 meses, prorrogada por mais 4 meses.

### Lei nº 14.176/2021

**Para concessão do BPC:** a renda familiar mensal *per capita* deve ser igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. A partir de janeiro de 2022, pode ser ampliado para até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, de forma escalonada, considerando-se condições de vulnerabilidade do solicitante.

**Auxílio-inclusão:** benefício financeiro de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo a ser pago à pessoa com deficiência moderada ou grave que ingresse no mercado formal de trabalho. Só podem ser beneficiárias as pessoas que recebem o BPC ou que já foram beneficiárias nos últimos cinco anos, e que recebam remuneração de até dois salários mínimos.



# PROTEÇÃO SOCIAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Lei nº 12.470/2011



Proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade, particularmente donas de casa de baixa renda

Entre 2017 e 2019 – Anuário Estatístico da Previdência Social

Tendência de diminuição de seguradas mulheres, diminuindo a proteção social desse grupo



## SAIBA MAIS

Relatório completo – Trabalho e redução da pobreza e da desigualdade

- Audiência Pública realizada em 29/9/21
- Reportagem sobre a audiência
- Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal